

Coluna do Castello

Povo pessimista, governo otimista

Se o povo está pessimista, o governo não está. A defasagem entre a óbvia avaliação popular e a avaliação oficial da situação é atribuída pelos intérpretes do governo à inflação. "Inflação alta, popularidade baixa", é o que se diz. E ilustram o ditado com o Plano Cruzado, sob cuja vigência a inflação baixou e a popularidade aumentou. O governo entende assim que o grande vilão tanto no que se refere à situação do país quanto aos níveis de rejeição do presidente é a inflação, mas acredita que tudo está sendo feito para debelá-la lenta, gradual e seguramente, tal como acontecia no nível político nos tempos do presidente Ernesto Geisel.

O primeiro dado posto na mesa pelos principais assessores do governo é a complementação da transição política. O país já goza de liberdades públicas e a institucionalização democrática está a completar-se com a próxima promulgação da Constituição elaborada em clima que permitiu a mais ampla participação das forças sociais e econômicas. Em novembro haverá eleições em todos os municípios brasileiros, mais de 4 mil, entre eles todas as capitais dos estados. No próximo ano, a eleição direta para escolha do sucessor do presidente José Sarney encerrará definitivamente o processo de transição.

Resta agora arrumar a casa para transferir o governo ao eleito com o país em condições de governabilidade. Para isso o governo estaria realizando os esforços possíveis no plano externo e no plano interno, certo de que há uma intercomunicação entre ambos e que os proveitos da negociação da dívida externa se farão sentir no país, promovendo o reinício de poupança externa para o desenvolvimento econômico e estimulando a poupança interna, por enquanto atraída pela especulação financeira concentrada no *open* e no *overnight*. Tal situação só será definitivamente remediada quando a inflação refletir liberando o governo da obrigação de emitir títulos da dívida e tornando rentável investir na produção.

Apesar de ter a inflação de agosto descido cerca de três pontos do patamar de julho há projeções de uma inflação de setembro maior do que a deste mês. Explica-se: a URP será definida com base nas taxas de inflação de junho, julho e agosto; assim os 24,04% de agosto incidirão no cálculo produzindo um reajuste salarial superior a 20%, o que basta para realimentar a inflação impedindo que se acentue tendência para queda. Essa situação é dificilmente remediável e só a longo prazo se conseguiriam índices menos agressivos.



AGO
AGO
AGO
AGO

O governo estaria fazendo o possível para domar o monstro. A dívida interna do primeiro semestre ficou em 1,06%, o que permitiria cumprir a meta anual de 4% acertada com o FMI. O orçamento da União para 1989 projeta a continuidade dos cortes que serão complementados por outras medidas. O grande problema seria agora, depois de um longo período em que a presença do Estado na economia se impôs como condição indispensável para alcançar novos patamares de crescimento, privatizar, excluir o Estado de atividades que melhor ficariam com a iniciativa privada por não lhe caberem normalmente. A presença asfixiante do poder público seria minimizada por cirurgias seguras e inadiáveis. É preciso evitar que a poupança privada seja aplicada na ciranda financeira e o governo deve fechar a guitarra, deixando inclusive de emitir novos títulos.

Externamente a situação estaria bem distante dos dias amargos do *setembro negro* de 1982. Nunca esteve melhor do que hoje a situação do país. A negociação com os credores teria sido a melhor realizada por um país da América Latina desde aquela época. Com o FMI negociou-se sem submissão a condições antieconômicas. E o acordo com o Clube de Paris, permitindo o financiamento das dívidas de curto prazo para financiamento da exportação completa o quadro. Impossível seria não confiar no próximo ingresso de recursos externos para investimento no país. Voltaríamos a ter acesso ao capital estrangeiro.

O processo de produção estaria indo bem, com duas safras agrícolas recordes, a queda das taxas de desemprego, o saldo crescente da balança comercial e a retomada do ritmo de importações. O ajuste do orçamento à Constituição dará realismo à atividade do Estado no próximo ano, permitindo prever-se um equilíbrio das finanças públicas a uma queda acentuada da inflação, com a qual a nação não terá condições de sobreviver. É assim que um governo otimista pensa curar uma nação, pessimista.